

CONDIÇÕES ATUAIS DA ARMAZENAGEM NO ESTADO DE SÃO PAULO (1)

Sebastião Nogueira Junior

O desenvolvimento da armazenagem no Brasil não vem acompanhando o ritmo de crescimento da produção agrícola, verificando-se em diferentes regiões, sobretudo naquelas de incorporação recente ao processo produtivo, "déficits" na capacidade armazenadora, seja na forma de granel ou de sacaria. Em regiões onde ocorre a sucessão soja-trigo, as deficiências são devidas à inadequação da rede existente, já que a armazenagem a granel é imprescindível dada a mecanização das colheitas, tornando obsoleto o sistema convencional (sacaria).

Um dos principais problemas que a situação atual de armazenagem causa é impossibilitar o agricultor, principalmente os de estados menos favorecidos, de usufruir plenamente dos benefícios da política de preços mínimos, comercializando seus produtos em épocas mais oportunas.

O setor de armazenagem teve grande impulso a partir de 1975, quando da criação do Programa de Armazenagem (PRONAZEM), visando suprir as deficiências da capacidade estática previstas em 10 milhões de toneladas para 1980. A capacidade estática de armazenamento naquela época era de 35,2 milhões de toneladas, chegando a 46,9 milhões de toneladas em 1978.

A armazenagem a seco no Estado de São Paulo em 1978, com capacidade estática de 10,4 milhões de toneladas (quadro 1), representava 22% do total do País, sendo superada apenas pelo Rio Grande do Sul e Paraná. A produção dos principais produtos armazenáveis no último quinquênio foi pouco superior a 8 milhões de toneladas. Mesmo assim, o Estado pode ser considerado deficitário tanto no tocante à oferta como na aparelhagem destinada a uma melhor integração com o sistema de transporte. Primeiro, pelo fato de São Paulo funcionar como ponto de concentração de mercadorias oriundas de várias regiões do País e segundo, pela pequena participação da armazenagem a granel, da ordem de 23%. Na armazenagem primária não houve incremento na área útil, redundando em perda de mercadorias e sobrecarregando os outros estágios da cadeia de armazenagem. A armazenagem intermediária, a par dos problemas técnicos existentes, ainda carece de maior racionalização visando alternativas mais econômicas de manuseio dos produtos. Por sua vez, a armazenagem terminal, com unidades localizadas

(1) Resumo do trabalho "Perfil Setorial da Armazenagem a Meio Ambiente no Estado de São Paulo" integrante do Projeto "Agroindústria e Desenvolvimento no Estado de São Paulo". Convênio BADESC/FEALQ/IEA, 1979.

QUADRO 1. - Produção dos Principais Produtos Armazenáveis de Origem Agrícola no Estado de São Paulo e Capacidade Estática de Armazenamento (em tonelada)

DIRA	Produção ⁽¹⁾		Estocagem ⁽²⁾		Relação (A/B)
	A	%	B	%	
São Paulo	70.630	0,9	2.523.089	25,0	0,03
Vale do Paraíba	67.762	0,8	154.154	1,5	0,44
Sorocaba	785.262	9,8	679.909	6,7	1,15
Campinas	1.394.498	17,4	960.946	9,5	1,45
Ribeirão Preto	2.564.489	32,0	2.547.310	25,2	1,01
Bauru	735.211	9,2	656.528	6,5	1,12
S.J. do Rio Preto	777.644	9,7	587.714	5,6	1,32
Araçatuba	327.882	4,1	309.484	3,1	1,06
Presidente Prudente	373.897	4,7	838.780	8,3	0,44
Marília	890.883	11,1	863.472	8,5	1,03
Total	7.988.158	100,0	10.441.490	100,0	0,76

(¹) Produção média do quinquênio 1973/74 - 1977/78.

(²) Capacidade estática de armazenagem em 1978.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e CIBRAZEM.

próximas aos grandes centros consumidores ou regiões portuárias, ora utilizada como apoio à regularização do abastecimento, ora como fluxo de exportação, apresenta, ainda, problemas estruturais onerando seus custos de funcionamento.

A expansão da rede de armazéns no Estado teve início em 1971, consolidando-se em 1977, enquanto que para silos a evolução significativa começou só a partir de 1974, com a implantação dos "Corredores de Exportação". A capacidade estática de armazenagem no Estado de São Paulo passou de 8,5 milhões para 10,4 milhões de toneladas no período 1975-78. Em 1978, havia no Estado 2.307 unidades armazenadoras, subdivididas em silos, baterias, graneleiros, armazéns convencionais e depósitos. Apenas 253 eram destinadas a grãos sólidos (2,4 milhões de toneladas).

Analisando-se os índices de rotação da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP), entidade mais representativa do complexo armazenador estadual, verifica-se que desde 1967 houve maior eficiência para silos, exceção feita aos anos de 1973 e 1977. A nível regional, São Paulo e Ribeirão Preto respondem pela metade da capacidade de armazenagem estadual de forma equitativa, com 25% para cada região (quadro 1). A primeira, por funcionar como pólo de concentração,

dado seu potencial de consumo e possui o principal Porto do País, e a segunda, representativa da maior região agrícola do Estado (27,6%) não são pela extensa área cultivada, mas sobretudo pela alta tecnologia utilizada. Destacam-se, ainda, as DIRAs de Campinas, Sorocaba, Marília e São José do Rio Preto.

As tarifas apresentam estrutura diferenciada conforme a companhia responsável. A evolução tarifária, no caso da CEAGESP, foi de 40% de 1976 para 1977 e de 32% de 1977 para 1978. O adicional "ad valorem", entretanto, apresentou grande acréscimo, com a alta generalizada dos preços dos produtos agrícolas no período.

Visando fornecer subsídios à expansão da rede armazenadora em São Paulo, as projeções de oferta individual até 1984 foram em sua maioria obtidas através do modelo de Nerlove. A partir daí foi feita uma distribuição regional conforme a média de participação de cada Divisão Regional Agrícola (DIRA) no último quinquênio. Tal procedimento é justificado tendo em vista que não se esperam, a curto prazo, deslocamentos marcantes na produção agregada das principais culturas e a possibilidade de expansão é restringida pela inexistência de fronteira agrícola no Estado. Aumento acentuado na produção só poderá ser conseguido a custo de acréscimo na produtividade. Os dados de produção agrícola foram levantados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), e Instituto de Açúcar e Alcool (IAA) no caso do açúcar. Foram considerados os dados regionais dos 10 principais produtos agrícolas (algodão em pluma, amendoim, arroz, café, feijão, mamona, milho, soja, sorgo e trigo), que juntamente com o açúcar foram responsáveis, em 1978, por 98% das entradas nos armazéns e silos da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP). A fim de corrigir distorções causadas por condições climáticas adversas, foi considerada na análise a produção média do quinquênio para confronto com a capacidade estática de armazenagem obtida através do Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras relativas a 1975 e 1978. Pode-se afirmar que o Estado de São Paulo, mesmo com sua característica de centro consumidor, apresenta no momento situação razoável de disponibilidade de armazenagem, não dispensando, entretanto, que sejam concentrados esforços no sentido de modernização e ampliação do setor, tendo em vista a evolução da produção armazenável que poderá ultrapassar os 9 milhões de toneladas em 1984. Segundo a CEAGESP, a armazenagem convencional está plenamente atendida, enquanto o déficit para granel está próximo de 1,5 milhão de toneladas.

Um simples confronto dos dados de armazenamento e produção pre vista para os próximos anos mostra que nas DIRAs de São José do Rio Preto, Marília, Sorocaba e Campinas devem ser concentrados esforços para implantação e/ou ampliação de unidades. São Paulo e Ribeirão Preto também merecem atenção, a primeira pela sua característica peculiar de grande região consumidora e a segunda pelo grande potencial de produção. As demais a

presentam-se aparentemente sem problemas (quadro 1). Para implantação de novas unidades armazenadoras sugere-se, entretanto, a realização de estudos mais aprofundados, sobretudo considerando custos de armazenagem e transporte, indicadores usuais para localização ótima e tamanho adequado de unidades armazenadoras. Pelo retorno da atividade se dar apenas a longo prazo, cabe ao setor público fornecer os recursos necessários aos investimentos no setor.

Em 1979/80, mesmo diante de uma das safras mais promissoras, o Estado de São Paulo não deverá apresentar grandes problemas para armazenagem de sua produção própria.

Entretanto, a inadequação das funções físicas de comercialização em determinadas zonas de influência de estados vizinhos poderá constituir-se em entrave ao perfeito funcionamento do sistema paulista.